



Juíza de Mauá deve ficar afastada de suas funções

06/09/2007

O Tribunal de Justiça de São Paulo rejeitou defesa prévia, instaurou processo disciplinar e manteve o afastamento de uma juíza da 2ª Vara de Mauá, na Grande São Paulo. Ela ficará fora de suas funções até o término do processo administrativo. A decisão foi tomada, na quarta-feira (5/9), por votação unânime do Órgão Especial – colegiado de cúpula do Judiciário paulista. A juíza e uma outra colega da mesma cidade são acusadas de favorecer suspeitos de ligação com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

O julgamento ocorreu em sessão reservada. O colegiado rejeitou os argumentos apresentados pelo advogado Antonio Cláudio Mariz de Oliveira. A defesa sustentou a preliminar de ilegalidade da escuta telefônica no caso. A escuta foi autorizada pela primeira instância para investigar terceiros. O grampo alcançou a juíza. Os integrantes do Órgão Especial rejeitaram a tese da defesa e mandaram instaurar processo administrativo disciplinar.

Em junho, o mesmo colegiado afastou, temporariamente, a juíza de suas funções até a apresentação da defesa prévia. Naquele julgamento, o Órgão Especial apreciou apenas a conduta da magistrada da 2ª Vara e decidiu desmembrar o processo em que também aparece como acusada outra juíza, da 1ª Vara de Mauá. O colegiado aprovou o voto circunstanciado apresentado pelo corregedor-geral da Justiça, Gilberto Passos de Freitas, e decretou segredo de justiça no caso.

De acordo com informações do blog do desembargador Ivan Sartori, membros do colegiado se mostraram preocupados com a atuação da facção criminosa e com seus desdobramentos.

A acusação

As acusações contra as duas juízas nasceram de representação enviada à Corregedoria Geral da Justiça – órgão fiscalizador da conduta dos juízes paulistas – pelo empresário Douglas Martins do Prado, no final do ano passado. Ele diz ser vítima de golpe na compra de um imóvel de R\$ 600 mil.

O empresário adquiriu a casa, num condomínio fechado de Mauá, no final de 2005. Ele afirma que a pessoa de quem comprou a casa teria ligações com uma rede de 22 postos de gasolina. Investigações do Ministério Público apontam que a rede seria usada por pessoas ligadas ao PCC para lavar dinheiro do tráfico de drogas.

Ele pagou pelo imóvel parte em bens e outra com depósitos nas contas bancárias indicadas pelo vendedor. Gildásio Siqueira Santos, que vendeu o imóvel ao empresário, alegou não ter recebido todo o dinheiro. Por isso, reclamou o imóvel de volta e o caso de disputa de posse foi parar na Justiça. É nesse momento que ocorreu a acusação contra as magistradas.



A juíza da 1ª Vara de Mauá deu ao vendedor o direito da retomada da posse do imóvel. A justificativa seria a de que as contas que receberam os depósitos estavam em nome de terceiros. Mais tarde, ela e outra magistrada foram acusadas pelo empresário de favorecer suspeitos de ligação com o PCC.

As denúncias do empresário ajudaram o Ministério Público Estadual e a Polícia Civil a desbaratar um esquema do PCC que rendia até R\$ 500 mil por mês. Em maio, o MPE denunciou à Justiça 18 pessoas ligadas à possível lavagem de dinheiro feita a partir da venda de gasolina adulterada nos postos que estavam, na sua maioria, em nome de laranjas.

Gildásio Siqueira Santos foi um dos denunciados. O processo está na 4ª Vara Criminal de Santo André (no ABC paulista). Os promotores também pediram à Justiça a venda dos postos usados no esquema e que o saldo fosse revertido para a Agência Nacional do Petróleo.

Outro dos 18 denunciados é Wilson Roberto Cuba, o Rabugento, atualmente preso na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau (620 km da capital paulista). Lá, segundo a Polícia, ele articula a captação de dinheiro com outros criminosos apontados como chefes do PCC para investir nos postos de gasolina.

Durante as investigações sobre a conduta de Gildásio Siqueira Santos, a Polícia de Santo André grampeou o telefone de diversas pessoas que mantinham relação pessoal e comercial com ele. Uma delas foi Sidnei Garcia, vice-presidente da Associação Comercial e Empresarial de Mauá e amigo da juíza da 2ª Vara de Mauá. Sidnei e Gildásio são suspeitos de envolvimento no esquema de lavagem de dinheiro do PCC no ABC.

Sidnei foi flagrado em conversas íntimas com a juíza. Em várias delas, trata ela como “my love” e recebe de volta um “oi amore”. Essa parte da gravação foi exibida, no domingo (17/6), no programa Fantástico, da Rede Globo. Outros quatro trechos da gravação não entraram no domínio público. Na gravação exibida pela Globo, a juíza, em tom de intimidade, chama Sidnei Garcia de “palhaço” e “trouxa”.

Ainda de acordo com a denúncia do empresário, a juíza da 2ª Vara de Mauá teria concedido, num plantão em Santo André, liberdade a um homem preso em flagrante por porte ilegal de arma e que seria segurança de Sidnei Garcia em uma loja de carros. Foi nessa mesma loja, que estaria em nome de laranjas, que 22 veículos foram apreendidos em 2006.

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2007-set-06/juiza_maua_ficar_afastada_funcoes/